

# Forum Interno IPP 2003

Maria de Jesus Lima (org.)



 Edições  
**POLITEMA**

## ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO FÓRUM .....	7
PROGRAMA .....	13
ABERTURA.....	17
Luís Soares – SC/IPP .....	19
CONFERÊNCIA .....	21
Consequência para o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, decorrentes da publicação da Lei nº. 1/2003, de 6 de Janeiro .....	23
António de Almeida Costa - ADISPOR .....	23
COMUNICAÇÕES.....	33
Contributos para a análise do modelo de avaliação das instituições e dos Cursos do Ensino Superior Politécnico.....	35
Maria de Jesus Lima – IPP/SC .....	35
Auto-Avaliação e Avaliação Externa dos Cursos - Retorno ao problema da Galinha e do Ovo?.....	48
José Miguel Vieira dos Santos – ISEP .....	48
Sistemas de gestão da qualidade e de auto-avaliação: dois enfoques de uma mesma realidade?.....	52
Marina Sousa – IDT/ISEP .....	52
Avaliação, Qualidade e Melhoria Contínua.....	62
Luís Fonseca - ISEP .....	62
Contributos da avaliação para a qualidade do ensino e das instituições .....	66
Maria Hélder Martins Coelho - ISCAP .....	66
Avaliação: Que desafio? .....	75
Isabel Ardions – ISCAP .....	75
Avaliar os cursos de formação de professores das áreas artísticas - contributos para a elaboração de um novo guião .....	82
Graça Mota – ESE .....	82
Processo de Avaliação: do Formal ou Substancial .....	89
Sebastião Teixeira - ISCAP .....	89
Auto-Avaliação Como Afirmação da Identidade.....	95
Francisco Monteiro – ESE .....	95
Classificação Numérica na Avaliação dos Cursos – Poderá um Número Sintetizar a Qualidade de um Curso? .....	100
José Miguel Vieira dos Santos – ISEP .....	100
Gestão Estratégica das Instituições de Ensino Superior.....	102
Vitor Correia Santos – ISEP .....	102
Análise funcional das Escolas – metodologias versus resultados.....	113
Francisco Beirão – AE ISCAP .....	113
A Avaliação Institucional como Processo de Busca da Qualidade.....	114

<b>Rui Manuel Silva Lamas José – ISCAP</b> .....	114
O Processo de Auto-Avaliação do Curso de Engenharia Informática do ISEP .....	119
<b>António Cardoso Costa - ISEP</b> .....	119
Avaliação do Curso de Contabilidade e Administração .....	128
<b>Maria Hélder Coelho – ISCAP</b> .....	128
Custo por aluno – A problemática do seu cálculo e da sua validade como indicador financeiro duma instituição do Ensino Superior .....	129
<b>Luís Cortez – ISEP</b> .....	129
Avaliação do papel da Cultura numa Escola de Ensino Superior .....	135
<b>Teresa Tudela – ISEP</b> .....	135
O e-learning como (pre)texto para o esboço de um Sistema de Gestão da Qualidade de e-Formação .....	143
<b>José Adolfo Vidal – SC/UnED</b> .....	143
Aplicação prática dos resultados da Auto-Avaliação .....	152
<b>Francisco Beirão – AE ISCAP</b> .....	152
O projecto de reactivação da Associação ESEIG – Comunidade e o processo de auto avaliação .....	153
<b>Juan Gil – ESEIG</b> .....	153
Avaliação do desempenho dos professores: para além da avaliação dos alunos .....	154
<b>Isabel Vieira - ISCAP</b> .....	154
Caracterização dos papéis dos docentes como indicador para a avaliação institucional .....	163
<b>Ana Isabel Lage Ferreira - IPP/SC</b> .....	163
Processo de auto avaliação: uma reflexão crítica .....	177
<b>Anabela Sarmento – ISCAP</b> .....	177
Qual o papel das Escolas Superiores de Contabilidade – o caso particular do ISCAP .....	189
<b>Eduardo Sá e Silva – ISCAP</b> .....	189
Avaliação e Acreditação: Uma visão aberta sobre os Cursos, as Instituições e o Mundo .....	193
<b>Zita A. Vale - ISEP</b> .....	193
Acreditação da formação de professores: Um processo suspenso .....	201
<b>Deolinda Ribeiro - ESE</b> .....	201
A acreditação dos cursos - Ordens/Associações versus Ministério da Educação .....	209
<b>José Enoque Amorim - AE ISCAP</b> .....	209
<b>PARTICIPANTES</b> .....	211

# ACREDITAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM PROCESSO SUSPENSO

Deolinda Ribeiro - ESE

Num encontro de reflexão desta natureza, o tema da acreditação remete-nos para a análise de um processo vivido no contexto de formação inicial de Professores do 1º Ciclo e de Educadores de Infância da Escola Superior de Educação do Porto.

As questões que nos propomos abordar são sustentadas quer pelos pressupostos emanados da entidade reguladora do processo de Acreditação - Instituto Nacional da Acreditação da Formação de Professores, quer ainda pela reflexão sobre a dinâmica gerada no contexto da instituição de formação, nas ocasiões preparatórias da elaboração da candidatura dos referidos cursos.

## Introdução

Nesta nossa comunicação procuramos abordar aquilo consistiu o processo de acreditação da formação dos Cursos de Educadores de Infância e de Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico da ESE. Embora a preparação da candidatura tivesse decorrido num período de seis meses, no ano lectivo de 2001/2002, a preparação deste processo teve início muito antes, no que se refere às reuniões nacionais ocorridas para o efeito e, promovidas pelo Instituto Nacional da Acreditação da Formação de Professores, usualmente designado por INAFOP.

O nosso discurso é, sobretudo, descritivo, contendo algumas reflexões críticas, próprias de quem viveu por dentro o processo e passado algum tempo se propõe a falar dele.

Nesse sentido e, em primeiro lugar, abordaremos os pressupostos que constituíram a justificação para o processo de acreditação da formação de professores, desencadeado a nível nacional e, em seguida, procuraremos contextualizar a preparação da candidatura dos cursos anteriormente referidos.

### 1. Os pressupostos da acreditação

Desde o primeiro momento que a existência no nosso país de um organismo como o INAFOP foi justificado em função da necessidade de se garantir internacionalmente a confiança na qualidade do ensino superior. O que levou a esta necessidade?

Consideremos o **impacto da globalização e a internacionalização da formação**.

Sem dúvida que as novas tecnologias da informação e da comunicação mudaram de forma radical quer a natureza do trabalho quer a organização da produção, provocando alterações a nível do

emprego, da diversificação da indústria e de novas e mais flexíveis formas de organização do trabalho e dos trabalhadores. E, num mundo em que a informação nos chega cada vez com mais facilidade e, portanto, nos faz ver o quanto se desconhece e se deveria saber, exige-se e reconhece-se a necessidade de formação.

A formação surge, pois, como a arma mais poderosa para facilitar o acesso das pessoas à cultura, à informação e ao trabalho. Actualmente, é cada vez mais encarada como objecto de consumo e, tal como nos hipermercados, deve surgir em embalagens atraentes, facilmente consumíveis e directamente recusáveis conforme o gosto do consumidor. Como objecto de consumo depende das expectativas dos cada vez mais exigentes e especializados consumidores da formação. Importa, pois, divulgar a informação aos próprios interessados relativamente à qualidade da mesma.

É verdade também que, nas últimas décadas do séc. XX, o número e tipo de instituições de ensino superior em todo o mundo cresceu drasticamente. Os programas como o ERASMUS, COMENIUS e outros, pela possibilidade de mobilidade quer de estudantes quer de professores, vieram não só fomentar parcerias entre instituições de ensino superior incluindo as que fazem formação inicial de professores, visando a partilha de ideias e experiências e o desenvolvimento conjunto de novos materiais e práticas inovadoras como ainda ressaltaram diferenças e consciencializou-se a necessidade de mudança.

A adesão de Portugal à União Europeia colocou imperativos de qualidade ao ensino superior em geral e à formação dos professores em particular, garantindo-se internacionalmente a confiança nesse domínio e promovendo-se o reconhecimento mútuo da qualidade das instituições e formações.

Consideremos também a **esperada mudança qualitativa na educação**.

Se, por um lado, existe a ideia generalizada de que a educação determina a "qualidade" de uma sociedade, isto é, a capacidade que um país, um povo tem de alcançar o sucesso, estar no "pelotão da frente", deter o poder, como o prova o documento emanado do Grupo de Missão quando ao caracterizar o contexto económico-social reconhece o contributo da educação *não só para o desenvolvimento económico do País, mas também para a integração e coesão sociais e para a realização e bem-estar das pessoas*; por outro lado, constata-se que no nosso País são altas as taxas de insucesso e abandono precoce, como o comprovam alguns estudos comparativos entre países, e que põem em causa não só os decisores políticos donde emanam as orientações para a formação, como também as escolas, os professores, os alunos, os pais e os cidadãos comuns. Esses estudos, realizados em domínios como os da literacia e numeracia, deixaram transparecer debilidades e revelaram que as respostas dadas pelo conjunto de instituições de formação de professores necessita de uma melhoria qualitativa.

Efectivamente, o Grupo de Missão em documento preparatório da Acreditação da Formação de Professores, revela que *existe a percepção social de que a formação manifestada pelos educadores e professores que acedem ao exercício profissional nem sempre corresponde às exigências da educação das crianças e dos jovens, em constante mudança*. Torna-se, pois, necessário verificar a eficácia dessa formação.

Consideremos, ainda, o **alargamento da oferta de formação de professores**

A partir da década de 70, as pressões colocadas por uma massificação do ensino no nosso País, como consequência do alargamento da escolaridade obrigatória para nove anos, levaram a que aumentassem a um ritmo acelerado as instituições de ensino superior (públicas, privadas e cooperativas) e o número de cursos de formação de professores que, segundo o Grupo de Missão, contaria *actualmente com mais de três centenas, no sector público, e uma centena, no sector privado.*

Assistiu-se, pois, à proliferação de instituições de ensino superior na formação de professores e de diferentes modelos de formação destes profissionais.

No entanto, o alargamento da oferta de formação nem sempre foi acompanhado do acréscimo de qualidade que seria desejável já que se constata que, para cada qualificação profissional, não existe equivalência entre as diversas formações/cursos existentes nas várias instituições de ensino superior que formam professores. Tal facto seria irrelevante se não houvesse falta de adequação de muitos à qualificação para que é suposto prepararem.

Não se desejando uma “unicidade formativa”, pretende-se a garantia de que as formações/cursos preencham os requisitos mínimos que são concretizados no Perfil de Competências de cada Desempenho Profissional. Trata-se da necessidade de reconhecer a adequação do curso às exigências do desempenho profissional no nível e área de educação ou de ensino para o qual habilita, isto é, demonstrar que o curso se adequa àquilo que é exigido ao futuro profissional.

## **2. O processo de acreditação dos cursos de Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educadores de Infância**

Para uma compreensão mais contextualizada daquilo que constituiu este processo, importa salientar um pressuposto fulcral da acreditação e que sobre ele ainda não fizemos referência, ou seja, a candidatura à acreditação era relativa aos cursos em funcionamento, nomeadamente planos de estudo, programas, metodologias, provas de avaliação, corpo docente, parcerias, equipamentos, coordenação, etc. A preocupação central do processo de acreditação situava-se na análise da adequação de cada curso às exigências de qualidade do desempenho profissional no nível e na área de educação ou de ensino abrangidos pelos mesmos.

Deste modo, a elaboração de cada projecto de formação pela instituição implicava que esta identificasse a qualificação a adquirir necessária para o desempenho profissional competente, isto é, a instituição de formação é, nesta óptica, a responsável pelo perfil de qualificação, tendo em conta o perfil de desempenho geral e específico dos futuros profissionais de educação e ensino nos diferentes níveis.

Partimos dos pressupostos anteriormente referidos e passamos à preparação das candidaturas para a acreditação, dos respectivos cursos. Inicialmente, foram constituídos, dois grupos de trabalho que integraram docentes de todas as áreas científicas, grupos esses coordenados pelas directoras dos cursos em questão, neste caso, as autoras desta comunicação. Importa aqui salientar a metodologia de constituição dos grupos para tal tarefa, uma vez que, como em qualquer outra organização

profissional a constituição do grupo de trabalho exerce influência quer no processo, quer no resultado final. As directoras dos cursos foram nomeadas pelo Conselho Científico para a coordenação dos trabalhos, em 11/10/2001. Os docentes que se integraram nesta tarefa foram propostos pelas respectivas áreas científicas, tendo sido aprovada a constituição final dos grupos, pelo plenário do Conselho Científico, em 17/10/2001. A menção que aqui fazemos a datas é para se perceber, no tempo, aquilo que consistiu a preparação da candidatura, uma vez que para validação, consulta, selagem e submissão das candidaturas estas tinham que ser apresentadas ao INAFOP, através de um dispositivo *on line*, no prazo legal de 8 a 19 de Abril de 2002.

A primeira etapa da organização do processo e, como nos parecia lógico, consistiu na leitura e interpretação dos documentos que o INAFOP foi produzindo e que se constituíam como referentes para o trabalho de todas as instituições de formação de educadores de infância e de professores do 1º ciclo do ensino básico. Num desses documentos encontramos um pressuposto fundamentador da metodologia de funcionamento dos grupos nas reuniões de trabalho, ou seja, naquilo que é expresso no Decreto-Lei nº 240/2001 de 30 de Agosto, do ponto I do anexo, quando refere que *o perfil geral de desempenho do educador de infância e dos professores do ensino básico e secundário enuncia referenciais comuns à actividade dos docentes de todos os níveis de ensino, evidenciando exigências para a organização dos projectos da respectiva formação e para o reconhecimento de habilitações profissionais docentes* (DR, 2001:5570). O entendimento que aqui fizemos é que havia toda a pertinência em que a reflexão a desenvolver faria sentido se fosse realizada com os docentes que constituíam os dois grupos de trabalho, formando assim um só grupo, uma vez que os projectos de formação para os dois níveis de docência deviam contemplar intenções formativas comuns quanto:

- *ao perfil geral de desempenho;*
- *à dimensão profissional, social e ética;*
- *à dimensão de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem;*
- *à dimensão da participação na escola e de relação com a comunidade;*
- *à dimensão de desenvolvimento profissional ao longo da vida.*

Após esta reorganização do grupo de trabalho, a metodologia consistiu em reuniões semanais, nas quais se integravam as reflexões provenientes das diferentes áreas, através dos seus representantes, o que significou que as tarefas não se limitaram apenas a um dia por semana, porque implicaram para todos, aquilo a que podemos designar como “trabalho de casa”. Escusado será dizer, que à medida que o tempo foi passando e que o prazo de entrega da candidatura começou a ficar curto, os dias e horas de trabalho representaram, para alguns, o adormecer e acordar com a acreditação. Em simultâneo com o trabalho das instituições, o INAFOP promoveu várias reuniões e Colóquios, em diferentes escolas de formação do país, com o intuito de planificar o processo de candidatura e de debater questões científicas e pedagógicas das componentes de formação ligadas a ambos os cursos.

A construção da proposta procurou respeitar a orientação do **Guião de Candidatura à Acreditação**, conforme Deliberação nº 665/2001 (D.R., 2ª Série), tendo como referente os **Padrões de Qualidade da Formação Inicial de Professores** (Deliberação nº 1488/2000) e ainda, os **Perfis Específicos de**

## Desempenho Profissional do Educador de Infância e do Professor do 1º Ciclo do Ensino Básico (Decreto-Lei nº 241/2001).

Para além dos referentes que acabamos de enunciar, as coordenadoras do grupo de trabalho consideraram importante integrar na reflexão dos trabalhos as opiniões dos formandos dos anos mais avançados, de ambos os cursos, por forma a contemplar opiniões de todos os sujeitos envolvidos nos processos de formação. Para tal, os alunos foram informados pelas coordenadoras dos cursos acerca da tarefa que os professores estavam a desenvolver e os seus objectivos e, em reuniões de turma, também os formandos construíram um documento no qual expressavam a sua avaliação sobre o processo de formação em que estavam envolvidos no processo de aprendizagem.

Como em qualquer desenho de um projecto começamos pelo princípio lógico, ou seja, começamos por fundamentar os princípios orientadores da formação e os respectivos objectivos e resultados esperados expressos em qualificações e competências a desenvolver nos futuros educadores de infância e professores do 1º ciclo. Assim, as candidaturas integraram os capítulos e subcapítulos do Guião de candidatura que apresentamos no quadro seguinte:

<b>Guião de candidatura</b>	<b>1. Projecto e Currículo de Formação</b>
	1.1. Princípios orientadores e objectivos
	1.2. Plano de estudos e programas
	1.3. Aspectos específicos do currículo: Iniciação à prática pedagógica
	1.4. Aspectos específicos do currículo: Tecnologias de informação e comunicação
	1.5. Aspectos específicos do currículo: Investigação
	<b>2. Formandos: Selecção, Avaliação e Certificação da Qualidade Profissional</b>
	2.1. Selecção
	2.2. Avaliação
	2.3. Certificação da qualificação profissional
<b>3. Pessoal Docente, Parcerias e Recursos de Apoio</b>	
3.1. Pessoal docente	
3.2. Parcerias	
3.3. Espaços e equipamentos	
3.4. Pessoal não docente	
<b>4. Coordenação e Regulação do Curso</b>	
<b>5. Reflexão Crítica Final</b>	

Quadro 1: Capítulos e subcapítulos do Guião de candidatura

A existência de fichas para preenchimento em cada um dos capítulos e subcapítulos do Guião que acabamos de apresentar, levou a que este processo fosse intensamente vivido pela comunidade da ESE. Embora as tarefas de planificação e sistematização da candidatura estivesse a cargo do grupo para o efeito constituído, houve necessidade de envolver docentes, formandos e pessoal não docente para que a proposta fosse completa, conforme as solicitações do INAFOP.

Em síntese, o processo de preparação da candidatura à acreditação consistiu no que apresentamos na figura seguinte.

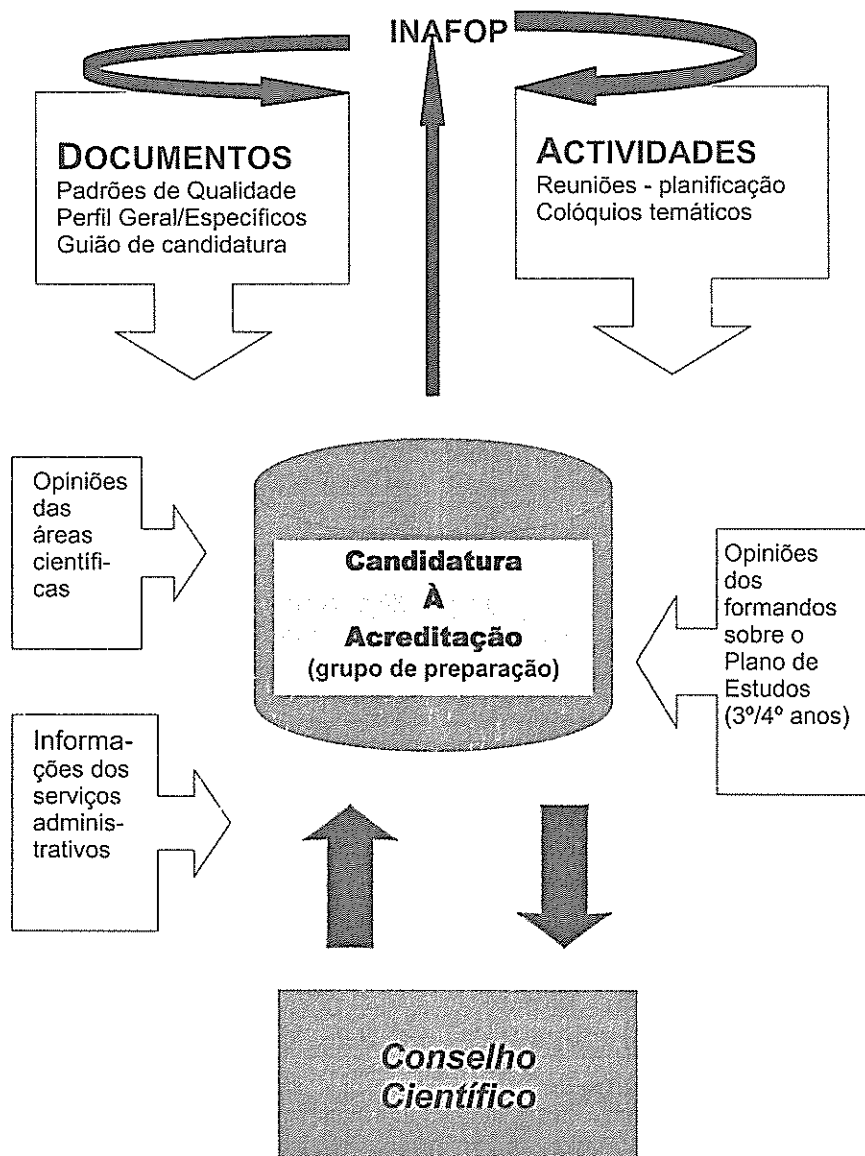


Figura 1: Esquema síntese do processo de candidatura à acreditação

## 2.1. Implicações na formação

Do que até agora temos vindo a apresentar facilmente se percebe a oportunidade que este processo proporcionou para a ocorrência de uma reflexão alargada e aprofundada acerca do rumo que estávamos a seguir nos cursos de formação inicial de Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educadores de Infância. Não obstante esta tarefa ter decorrido cumulativamente com todas as que o quotidiano da formação nos exigia, este tempo teve grande significado aos níveis de:

- reflexão alargada entre escolas de formação – troca de preocupações e perspectivas;
- desenvolvimento de reflexões críticas e contextualizadas, porque realizadas pelos próprios sujeitos envolvidos na formação - professores e formandos – o que reforça atitudes de participação e colaboração nos projectos, próprias de uma escola democrática;
- tomada de consciência da comunidade escolar sobre as exigências de transformação para a melhoria da formação inicial dos cursos em questão.

O Guião de candidatura o qual, por várias vezes, já referenciamos, determinava e, por estes mesmos termos, que era necessário "*Evidenciar*" e "*Especificar*" em cada capítulo e subcapítulo aquilo que tornasse claro a coerência interna das diferentes partes do projecto de formação e a coerência externa, ou seja, como se articulava o Projecto de Formação com os Padrões de Qualidade e os Perfis de Desempenho Profissional.

A reflexão ocorrida no grupo de trabalho, em torno destas preocupações, levou a salientar alguns pontos críticos, por forma a melhorar o Projecto de Formação. Entre outros, destacamos:

- a necessidade de procura de coerência entre os objectivos de formação, os objectivos dos programas, as metodologias do ensino e da aprendizagem e avaliação;
- a necessidade de ajustamentos nos programas, tendo em vista o ponto anterior;
- a necessidade de adequação dos espaços pedagógicos, entre eles, salas de aula, para a melhoria das metodologias do ensino e da aprendizagem;
- a necessidade de reuniões periódicas entre os docentes dos respectivos cursos com vista à avaliação reguladora dos Projectos de Formação e ao desenvolvimento de uma dinâmica colaborativa para melhor articulação nos cursos;
- a necessidade do investimento continuado na investigação/formação dos professores que leccionam na formação inicial.

Como podemos entender este trabalho trouxe algumas implicações para a formação, acreditando nós que a ocorrência da reflexão interna ao contexto, e por todos aqueles que nele interagem, possa ter efeitos nos processos de formação em curso. Porém, o cancelamento do processo da acreditação do qual a ESE foi informada a 16 de Maio de 2002, deixou em suspenso aquilo que se seguiria, ou seja, a divulgação à nossa instituição dos resultados da análise do processo de acreditação e de certificação, por parte do INAFOP.

### 3. Conclusão

Como se pode constatar o processo da acreditação foi moroso e complexo, não tendo chegado a cumprir as fases que haviam sido planificadas para a certificação da qualidade da formação das instituições deste país que formam professores. A grande aposta da acreditação centrava-se no apoio consistente e sistemático de estímulo e formação, que permitisse melhorar os desempenhos das escolas, salvaguardando a especificidade dos contextos e as dinâmicas escolares, reforçando a incipiente cultura de auto-avaliação das instituições. Porém, se outro mérito não teve e, embora fosse uma tarefa imposta às instituições, proporcionou, pelo menos na nossa, oportunidades de reflexão

interna sobre as trajetórias da formação inicial de professores, o levantamento de questões e a elaboração de hipóteses para a melhoria da qualidade que, acreditamos ser tão desejada por todos.

### **Referências Bibliográficas**

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2000), (2ª Série). *Padrões de Qualidade da Formação Inicial de Professores*. Deliberação nº 1448 do Instituto Nacional de Acreditação da Formação de Professores

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2001), (2ª Série). *Guião de Candidatura à Acreditação de Cursos de Formação Inicial de Professores*. Deliberação nº 665 do Instituto Nacional de Acreditação da Formação de Professores

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2001). *Perfil Geral de Desempenho Profissional do Educador de Infância e dos Professores dos Ensino Básico e Secundário*. Decreto-Lei nº 240.

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2001). *Perfis Específicos de Desempenho Profissional do Educador de Infância e do Professor do 1º Ciclo do Ensino Básico*. Decreto-Lei nº 241.

DOCUMENTO DE TRABALHO nº 1 para o Seminário com as Instituições – Caparide (27.02.98)

PLANO DE ACTIVIDADES 1998